

INFORMAÇÃO, CONTRAINFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: CONCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Janaína Fernandes Guimarães Polonini, Universidade Estadual Paulista (Unesp),
<https://orcid.org/0000-0003-4174-8042>

Carla Conforto de Oliveira, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0003-2960-9429>

RESUMO

Nas últimas décadas, a sociedade presenciou a inserção no uso da *internet* e de plataformas digitais no seu cotidiano. Portanto, a compreensão dos termos informação, desinformação e contrainformação são fundamentais para a tomada de decisões, frente aos conteúdos recebidos diariamente por toda a sociedade. Desse modo, a investigação articula concepções dos termos supracitados relacionados a medidas de enfrentamento. Com a justificativa de produção de conteúdos confiáveis, algumas plataformas digitais produzem e difundem desinformação online. Surge a questão: as plataformas digitais são isentas de discursos ideológicos hegemônicos na produção e difusão de conteúdo online a partir da definição de contrainformação? A pesquisa é bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa. Embora a pesquisa não seja caracterizada como documental, será utilizada a “Avaliação de Riscos de Desinformação: O Mercado de Notícias Online no Brasil” (2021), para apresentar dados estatísticos relacionados à produção e difusão de conteúdos online. O levantamento bibliográfico foi realizado na Dialnet e Portal de Periódicos da Capes, considerando os artigos publicados em revistas, em acesso aberto, revisado por pares e sem excluir as duplicatas. Foram pesquisados os termos em português e espanhol. Na Dialnet foram localizados 22 artigos para o termo “contrainformación”. No Portal de Periódicos da Capes foram localizados seis artigos para o termo “contrainformação” e treze artigos para o termo “contrainformación”. Foram pesquisados os termos em português e espanhol cujos temas perpassam pela relação dos termos informação, desinformação e contrainformação. Conclui-se a importância do monitoramento e cobrança social sobre as plataformas digitais, sejam elas pertencentes a mídia tradicional ou a mídia alternativa, exigindo a qualidade sobre o serviço prestado na difusão de conteúdos por meio da apresentação do processo editorial, do crédito dos autores, da transparência do financiamento, política de correção e verificação de fatos.

Palavras-Chave: Informação; Contrainformação; Desinformação; Qualidade da Informação.

INFORMACIÓN, CONTRAINFORMACIÓN Y DESINFORMACIÓN: concepciones y estrategias de acción

RESUMEN

En las últimas décadas, la sociedad ha sido testigo de la inserción del uso de internet y las plataformas digitales en su cotidiano. Por lo tanto, comprender los términos información, desinformación y contrainformación es fundamental para la toma de decisiones, dado el contenido que recibe diariamente la sociedad en su conjunto. Así, la investigación articula concepciones de los términos mencionados relacionados con las medidas de afrontamiento. Con la justificación de producir contenido confiable, algunas plataformas digitales producen y difunden información errónea en línea. Surge la pregunta: ¿están las plataformas digitales libres de discursos ideológicos hegemónicos en la producción y difusión de contenidos en línea basados en la definición de contrainformación? La investigación es bibliográfica y exploratoria, con un enfoque cualitativo. Aunque la investigación no se

caracteriza como documental, la “Evaluación de riesgos de desinformación: el mercado de noticias en línea en Brasil” (2021) se utilizará para presentar datos estadísticos relacionados con la producción y difusión de contenido en línea. El levantamiento bibliográfico fue realizado en Dialnet y Portal de Periódicos da Capes, considerando los artículos publicados en revistas, en acceso abierto, revisados por pares y sin excluir duplicados. Se buscaron términos en portugués y español. En Dialnet se localizaron 22 artículos para el término “contrainformación”. En el Portal de Periódicos da Capes, fueron localizados seis artículos para el término “contrainformación” y trece artículos para el término “contrainformación”. Se investigaron términos en portugués y español, cuyos temas impregnan la relación entre los términos información, desinformación y contrainformación. Se concluye la importancia del seguimiento y cobro social en las plataformas digitales, ya sean de medios tradicionales o medios alternativos, exigiendo la calidad del servicio que se brinda en la difusión de los contenidos a través de la presentación del proceso editorial, crédito a los autores, transparencia en la financiación, política de corrección y verificación de hechos.

Palabras-Clave: Información; Contrainformación; Desinformación; Calidad de la Información.

INFORMATION, COUNTER-INFORMATION AND DISINFORMATION: conceptions and action strategies

ABSTRACT

In recent decades, society has witnessed the insertion of the use of the internet and digital platforms in its daily life. Therefore, understanding the terms information, disinformation and counterinformation are fundamental for decision-making, in view of the content received daily by society as a whole. Thus, the investigation articulates conceptions of the aforementioned terms related to coping measures. With the justification of producing reliable content, some digital platforms produce and spread misinformation online. The question arises: are digital platforms free of hegemonic ideological discourses in the production and dissemination of online content based on the definition of counterinformation? The research is bibliographical and exploratory, with a qualitative approach. Although the research is not characterized as documentary, the “Disinformation Risk Assessment: The Online News Market in Brazil” (2021) will be used to present statistical data related to the production and dissemination of online content. The bibliographic survey was carried out on Dialnet and Portal de Periódicos da Capes, considering the articles published in journals, in open access, peer-reviewed and without excluding duplicates. Terms in Portuguese and Spanish were searched. On Dialnet, 22 articles were located for the term “contrainformación”. In the Portal de Periódicos da Capes, six articles were located for the term “contrainformación” and thirteen articles for the term “contrainformación”. Terms in Portuguese and Spanish were researched, whose themes pervade the relationship between the terms information, disinformation and counterinformation. It concludes the importance of monitoring and social collection on digital platforms, whether they belong to traditional media or alternative media, demanding the quality of the service provided in the dissemination of content through the presentation of the editorial process, credit to the authors, funding transparency, correctness policy, and fact-checking.

Keywords: Information; Counter Information; Misinformation; Information Quality.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a humanidade tem vivenciado um grande desenvolvimento tecnológico com a inserção da população no

meio digital. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹, 82,7% da

população brasileira tem acesso à *internet* em casa.

Este fato ocasionou diferentes interações tanto tecnológicas quanto informacionais, influenciando e facilitando o acesso a informações que podem ou não ser confiáveis e verídicas.

As plataformas digitais proporcionaram um certo tipo de empoderamento a pequenos grupos que têm maior visibilidade e voz no debate público, aumentando cada vez mais a sociabilidade *online*.

A decadência do conglomerado das mídias tradicionais, como o jornal, a televisão e o rádio, tem perdido cada vez mais espaço para as plataformas sociais e a interação *online*. Atualmente há uma diversidade de *websites* e até mesmo mídias sociais em que a população

pode adquirir informações utilizando *smartphone*, *tablet*, computadores etc.

Diante da ampla produção e difusão de conteúdos via *internet* se apresenta a dificuldade de diferenciar informação, desinformação e contrainformação. Desse modo, a investigação articula concepções dos termos supracitados relacionados a medidas de enfrentamento.

Ademais, questiona-se a isenção das plataformas digitais referentes aos discursos ideológicos hegemônicos na produção e difusão de conteúdo *online* a partir da definição de contrainformação.

Por fim, apresenta a avaliação sobre o risco de desinformação no Brasil e a necessidade de medidas de controle da qualidade da produção de conteúdo.

2 INFORMAÇÃO, DESINFORMAÇÃO, CONTRAINFORMAÇÃO: MARCOS CONCEITUAIS

O fácil acesso à *internet* e às plataformas digitais possibilitou transformações no uso da informação e da comunicação. O grande fluxo de informações que circulam na *internet* causam a infodemia. Trata-se de um termo para se referir ao excesso de informações, uma abundância de informações variadas, sendo elas verídicas ou não. (Ferreira, Lima & Souza, 2021).

Para Kalil e Santini (2020), a infodemia é caracterizada por uma variedade considerável de informação de diferentes qualidades e credibilidade. Algumas são baseadas em fatos, estudos e evidências, enquanto outras são incorretas ou, até mesmo, falsas. Vijaykumar, Jin & Pagliari (2019) definem a infodemia como uma avalanche de informações falsas e a associam diretamente com a desinformação.

Os perigos da infodemia são ressaltados por Ferreira, Lima e Souza (2021) quando afirmam que ela pode causar danos à sociedade, sendo capaz de manipular as massas. Ainda acerca dos danos gerados pela infodemia, Kalil e Santini (2020) informam que

existe uma correlação entre desinformação e infodemia, pois a ampla difusão de desinformação, gera a infodemia e o caos social, que contribui ainda mais para a desinformação, criando um ciclo. A infodemia desarticula o processo de busca e seleção de fontes de informação confiáveis e acaba confundindo o leitor.

A preocupação com os meios de comunicação de massa sempre esteve presente nas pesquisas acadêmicas. Com o aumento do uso da *internet* ao longo dos anos, ocorreu a migração para a compreensão da qualidade do conteúdo acessado em diferenciar informação, desinformação e contrainformação.

A informação não é algo fácil de ser definido porque deve-se considerar aspectos cognitivos e sociais. Além disso, não há consenso na literatura acerca da concepção de informação. Para auxiliar essa compreensão, Capurro (1991, p.1, tradução nossa) parte das raízes etimológicas da informação, argumentando que “Eu (re-) descobri as principais teorias da ontologia e epistemologia

grega baseadas nos conceitos de *typos*, *idéa* e *morphé* estiveram na origem do termo latino *informatio*".²

O termo informação passou por muitas transformações ao longo dos anos. Na Grécia Antiga a informação era assimilada como "dar forma a algo", a partir do século XVI, começou a ser compreendida como "fornecer conhecimento". (Capurro, 1991).

A informação pode ser entendida como um conceito subjetivo, ou seja, um signo submetido à interpretação do indivíduo, neste sentido, nota-se o papel fundamental da comunicação relacionada a concepção de informação que a sociedade contemporânea possui. (Capurro & Hjørland, 2007).

Neste sentido, a conexão entre comunicação e informação ocorre na interação humana e social, seja por meio da fala, mensagens escritas, ou qualquer outro tipo de meio em que o conteúdo é comunicado. (Silva, Silva & Zaidan, 2011).

O termo "infocomunicacional" é utilizado pelo autor Silva et al. (2011) para definir esse fenômeno humano e social que é parcialmente retratado pelas concepções de informação e comunicação. Essa palavra é concernente ao pensamento da sociedade da informação, uma vez que ambos são fundamentados pela relação entre informação e comunicação.

Já Buckland (1991), divide o conceito de informação em três elementos, sendo eles, "informação-como-processo", quando o ato de informar alguém, altera o conhecimento prévio do indivíduo; "informação-como-conhecimento", se trata da informação obtida e entendida na etapa "informação-como-processo"; e "informação-como-coisa", ou seja, quando a informação é registrada, fazendo referência a um objeto, que com o desenvolvimento da linguagem, a informação assemelha-se a dados, livros, documentos, bases de dados, entre outros.

Segundo o autor, "Podemos dizer que objetos irrelevantes, sem importâncias para as pessoas podem ser informações, enquanto nos apressamos em acrescentar que eles podem vir a ser quando alguém os transforma em algo notável". (Buckland, 1991, p.9, tradução nossa). Isto significa que qualquer coisa pode ser informação, bastando ocorrer o processo de atribuição de significado. Os objetos podem estar em meio físico ou digital, e estes estão diretamente ligados ao processo de armazenamento e recuperação da informação.

Na área da Ciência da Informação, Buckland (1991) faz uma análise dos diferentes usos da informação e tenta unificar as diversas teorias sobre esse conceito, logo, ele entende que a informação está relacionada ao conhecimento, ao processo e às coisas.

Por outro lado, a informação é compreendida também como conteúdo de um documento. (Pérez Tornero, 2000). Para Araújo (2009), no decorrer dos anos surgiu uma nova perspectiva de estudos que compreende a informação não apenas como uma "coisa", mas como um processo que só pode ser compreendido na perspectiva dos sujeitos que a produzem, disseminam e a utilizam. A informação deixa de ser tratada como um objeto físico para ser analisada como um "[...] fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como o poder, a ideologia, a felicidade, entre outros." (Araújo, 2009, p.12).

Presume-se que a informação pode ser tratada como um processo de interação social. Essa interação, feita por meio de dados, livros, documentos e etc, necessita de interpretação e compreensão para gerar descobertas e experiências no leitor.

Sob essa perspectiva, é estabelecida a qualidade da informação. Tendo em vista que diferentes autores definem informação, compreender a qualidade da informação não é algo fácil devido a sua natureza abstrata. (Oleto, 2006). Para Cunha e Cavalcanti (2008, p.304) a qualidade da informação é a "[...] avaliação da informação [...]". Tal qual o termo informação,

não existe um consenso sobre a qualidade da informação. (Paim, Nehmy & Guimarães, 1996).

Segundo Paim et al. (1996), o Seminário *Nordic Council for Scientific Information and Research Libraries* (NORDINFO), em Copenhagem, Dinamarca foi dedicado ao tema da qualidade da informação, sendo discutidos a sistematização dos aspectos e dimensões. (Paim et al., 1996). Marchand (1989 apud Dutra & Barbosa, 2017, p.21) apresenta cinco abordagens para a qualidade da informação:

1. Transcendente: tende a perceber o valor da informação como absoluto e universalmente reconhecido, ou seja, qualidade intrínseca (por exemplo um poema, uma fórmula matemática);
2. Baseada no usuário: julgamento da excelência com relação às particularidades individuais, ou seja, os tipos e fontes de informação que mais satisfazem ao usuário seriam considerados os de melhor qualidade. Essa abordagem carrega um ponto de vista altamente subjetivo e com pouca possibilidade de operacionalização;
3. Baseada no produto: considera a qualidade da informação em termos precisos e identificáveis, sendo seus atributos passíveis de serem mensurados e quantificados (trata a informação enquanto coisa);
4. Baseada na produção: vê a qualidade como adequação aos padrões estabelecidos da necessidade de informação do consumidor. Desvios em relação a estes padrões significaria redução da qualidade da informação;
5. Baseada na qualidade como um dos aspectos de valor: o valor da informação é considerado como a categoria mais abrangente e a qualidade como um dos seus atributos.

Calazans (2008) ilustra a evolução das abordagens sobre qualidade de dados/informação: empírica e intuitiva; ontológicas e sistemática; teóricas e evolutivas; e teleológicas e hierárquicas.

Para Gualazzi, Santos & Campos (2013), a qualidade da informação é verificada pela fórmula qualidade que é igual a percepções menos expectativas ($Q = P - E$), onde se o resultado for igual a zero, significa que a informação fornecida atingiu a expectativa do leitor. Quando o resultado for positivo significa que superou a expectativa do leitor. E quando o resultado for negativo é porque não atendeu as expectativas do leitor.

Sob essa perspectiva, a NBR ISO 8402, “[...] o termo qualidade é definido como a totalidade das características de uma entidade que lhe confere a capacidade de satisfazer necessidades explícitas e implícitas dos clientes”. (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1994, p.1). Logo, a qualidade da informação neste sentido é baseada na satisfação do leitor.

A qualidade do conteúdo de um site pode ser garantida seguindo as dimensões:

- Acessibilidade – Até que ponto as informações no site estão prontamente disponíveis e para download.
- Precisão – Até que ponto o conteúdo das informações da página da web é correto e confiável.
- Adequação – Até que ponto o conteúdo é apropriado de acordo com o que os visitantes da página estão exigindo.
- Credibilidade – O conteúdo da página web é verdadeiro e credível.
- Completude – O nível em que o conteúdo da web não está faltando é suficiente.
- Consistência – Todas as páginas da Web 7 devem ser apresentadas no mesmo formato.

- Facilidade de Manipulação – Até que ponto o conteúdo da página da web é fácil de manipular.
 - Livre de Erros – As informações na página da web devem ser corretas e confiáveis, livres de erros.
 - Objetividade – O conteúdo da página da Web deve ser imparcial, isento de preconceitos e imparcial.
 - Relevância – O conteúdo da página da web deve ser aplicável, útil e relevante.
 - Representação – Até que ponto o conteúdo da página web é legível, consistente e tem estrutura formal.
 - Reputação – A informação na página web é muito apreciada no que diz respeito ao seu conteúdo.
 - Segurança – Extensão em que o acesso à página da web é restrito adequadamente para manter sua segurança.
 - Velocidade – A velocidade de recuperação ou download do conteúdo da página da web.
 - Pontualidade – O conteúdo da página da Web deve estar atualizado.
 - Compreensibilidade – o conteúdo da página da Web deve ser facilmente entendido ou compreendido.
 - Valor agregado – A informação na página da web deve ser benéfica e trazer vantagens no seu uso (Parker, Moleshe, De la Harpe & Wills, 2006, p. 7, tradução nossa)³.
- 4.Completude-suficiência,
5.Oportunidade (ocorre no momento certo),
6.Layout-Concepção gráfica-design-aparência,
7.Relevância-importância,
8.Origem-autoria-localizabilidade,
9.Concisão-objetividade,
10.Abrangência-cobertura-alcance (Dutra & Barbosa, 2017, p. 29).

Sob essa perspectiva, tomando por base que o leitor da informação é um qualificador, não haverá consenso sobre o atual problema da desinformação caso ele rejeite as instituições científicas e governamentais “A percepção da qualidade não é nítida por parte do usuário da informação. Fica mais aproximada do conhecimento popular em vez do conhecimento científico”. (Oleto, 2006, p. 61). É necessária a adoção de padrões para medição da qualidade da informação, especialmente sobre conteúdos difundidos nas plataformas digitais.

A grande questão em torno da qualidade dos conteúdos nas plataformas digitais diz respeito à denúncia e exclusão dos conteúdos tidos como desinformativos ou *fake news*. Por isso, é necessário a adoção de padrões para controle do que é veiculado.

Além disso, a informação está ligada à institucionalidade. Essa institucionalidade corresponde à verdade estabelecida por um grupo hegemônico e estruturas burocráticas. Desse modo, o que é aprovado e registrado pelo grupo hegemônico torna-se uma verdade estabelecida.

Outro termo que não possui consenso em sua definição é a desinformação. Ela consiste em um conteúdo incorreto produzido com a intenção de enganar e/ou prejudicar alguém. A prática de manipular informações sempre existiu na sociedade.

No contexto contemporâneo, a “Tecnologia nova e poderosa simplifica a manipulação e fabricação de conteúdo, e as redes sociais amplificam dramaticamente as

Na revisão sistemática de literatura realizada por Dutra e Barbosa (2017) foram localizados 73 estudos sobre os critérios ou modelos para avaliar a qualidade das fontes de informação. Dentre eles, os mais utilizados são:

- 1.Precisão-Exatidão-Acurácia-Correção,
- 2.Atualidade-atualização,
- 3.Confiabilidade-integridade da informação,

falsidades propagadas por governos antidemocráticos, políticos populistas e entidades corporativas desonestas”. (Posetti & Matthews, 2018, p.1).

As plataformas digitais são consideradas o meio propício para o aumento da disseminação da desinformação, uma vez que a velocidade de propagação desse tipo de conteúdo é extraordinária. (Törnberg, 2018).

A desinformação consiste em uma informação que tem a intenção de enganar, ou seja, é dissimulada (Fallis, 2015). A “Desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade”. (Brisola & Bezerra, 2018).

Discute-se sobre a intencionalidade relativa à desinformação. Os criadores de conteúdos desinformativos possuem o intuito de enganar, confundir a população e:

[...] dividir a opinião das pessoas ou grupo político com intuito de causar insegurança jurídica e instabilidade na gestão governamental. A intencionalidade desse material revela uma guerra de poder para excluir determinado grupo que não se encaixa com as ideias e posições (Barbosa & Santi, 2019).

Apesar do intento em sua criação de enganar, o seu compartilhamento pode ou não ser intencional, uma vez que um leitor que não possui conhecimento sobre a veracidade de um conteúdo pode compartilhá-lo, causando confusão em outros leitores, prejudicando a sociedade como um todo, principalmente em tempos de pandemia, como a da Covid-19.

Já a contrainformação, surge como conteúdos produzidos na intenção de combater a “verdade” estabelecida pelos grupos hegemônicos. “É evidente que os meios de comunicação são os instrumentos mais

utilizados pelos detentores do poder econômico e político para tentar inculcar sua racionalidade de dominação sobre o restante da sociedade [...]” (Silva, 1982, p.18).

Segundo Marcondes Filho (1982), a contrainformação teve início no Movimento Cartista, no século XVIII, que lutava contra a exploração da classe trabalhadora. Outro importante movimento ocorreu após a prisão de Napoleão III e derrota francesa para Prússia, foi a Comuna de Paris de 1871. Paris foi governada por operários baseados nos ideais da Revolução Francesa, até serem assassinados pelo exército de Adolphe Thiers. Apesar do final trágico, a Comuna representou uma possibilidade de governo justo.

Marcondes Filho (1982) apresenta também o uso do termo contracomunicação. A contracomunicação é uma nova interpretação dos fenômenos políticos e sociais voltada para a classe dominada, portanto distinta das informações transmitidas pelos grandes veículos de comunicação. Como exemplo de contracomunicação, Marcondes Filho (1982) apresenta a Revolução Russa ocorrida em 1917, na União Soviética, com o fim do regime czarista.

No Brasil, há evidências de que a contrainformação tenha ganhado força durante a ditadura militar (Cunha, 2020).

A contrainformação foi praticada no Brasil especialmente no período de censura do governo militar pós-1964 como polo de resistência social e política. Os diferentes segmentos de oposição trabalhavam com diferentes mídias, do teatro aos impressos e ao áudio, a maioria com circulação bastante limitada, dentro e fora do País (Cunha, 2020, p.514-515).

A partir de 1978, no Brasil, grupos teatrais alteraram sua forma de produção e distribuição, constituindo-se em núcleos de contrainformação que promoviam a circulação de informações sobre a realidade social das classes dominadas. (Wehbi & Mello, 1982). A contrainformação era veiculada pelos órgãos

oficiais de partidos comunistas e socialistas, basicamente europeus, para mobilizar a classe trabalhadora. (Marcondes Filho, 1982).

Inicialmente a contrainformação possuía conotação militar, no campo da espionagem, e posteriormente tornou-se uma visão da classe dominante, nas sociedades capitalistas. (Fadul, 1982).

Aparentemente, a contra-informação é considerada como sendo a informação contrária à veiculada por um sistema; ela seria a comunicação da notícia censurada pelo poder. Esta é, porém, visão acadêmica, e inexata. A contra-informação é a meu entender um novo ato cultural (Flusser, 1982, p.160).

Flusser (1982) destaca que existem três fases que cristalizam a contrainformação:

Na primeira fase, o não público inventa e descobre a sua realidade, a sua “palavra”. É o processo de desalienação. Na segunda fase, existe passagem de *know-how* de linguagem, pois invenção sem estrutura não pode vir a ser criação. Na terceira fase, o não-público formaliza a sua realidade, criando e estruturando os novos meios de comunicação, criando assim a contra-informação. (Flusser, 1982, p.164).

Silva (1982) destaca que a importância da contrainformação está no combate a hegemonia burguesa que constrói ao longo do tempo a ideologia que favorece a sua classe, não cabendo a eles a denúncia de ideologias contrárias à classe trabalhadora.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos a pesquisa é considerada bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa.

Embora a pesquisa não seja caracterizada como documental, será utilizada a “Avaliação de Riscos de Desinformação: O Mercado de Notícias Online no Brasil” (2021),

Fadul (1982), argumenta que não é possível ou até mesmo aplicável uma mesma teoria da comunicação em diferentes períodos históricos. Vale ressaltar que algumas das definições sobre contrainformação foram elaboradas durante a ditadura militar no Brasil. Desse modo, supõe-se que seria inviável uma aproximação precisa da contrainformação segundo as suas origens e o momento atual. A proposta da contrainformação é combater “[...] uma farsa ideológica [...]” (Silva, 1982, p.21). Momentos de manipulação e farsas ocorrem em todos os períodos históricos.

Atualmente os conteúdos difundidos nas diferentes plataformas digitais (blogs, canais de streaming, páginas de mídias sociais etc) possuem uma atividade similar a contrainformação na medida em que apresentam uma nova narrativa dos fatos apresentados pela mídia tradicional. “Assim, as práticas de mídia alternativa são majoritariamente articuladas ao modelo da contra-informação, que tem como função desobstruir o acesso à opinião pública para os mais diferentes grupos sociais, políticos, étnicos, religiosos, de gênero e indicação sexual”. (Mazetti, 2007, p.1).

No entanto, nem todo conteúdo produzido e difundido nas plataformas digitais possui políticas editoriais capazes de lhe conferir confiabilidade. Para compreender melhor a ampla difusão de conteúdos via internet são criadas medidas de enfrentamento à desinformação que são apresentadas nesta investigação.

para apresentar dados estatísticos relacionados à produção e difusão de conteúdos online.

O levantamento bibliográfico foi realizado na Dialnet (<https://dialnet.unirioja.es/>) e Portal de Periódicos da Capes (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>),

considerando os artigos publicados em revistas, em acesso aberto, revisado por pares e sem excluir as duplicatas. Foram pesquisados os termos em português e espanhol.

As bases foram escolhidas por contemplarem o maior número de artigos em acesso aberto, nos países Brasil e Espanha. O Portal de Periódicos Capes Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil, com conteúdos nacionais e internacionais. A Dialnet é um portal hispânico

de acesso aberto, direcionado para as áreas de ciências humanas e sociais. Na Dialnet foram localizados 22 artigos para o termo “contrainformación”.

No Portal de Periódicos da Capes foram localizados seis artigos para o termo “contrainformação” e treze artigos para o termo “contrainformación”. Foram pesquisados os termos em português e espanhol cujos temas perpassam pela relação dos termos informação, desinformação e contrainformação.

4 DESINFORMAÇÃO, CONTRAINFORMAÇÃO E SEU ENFRENTAMENTO

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado nesta investigação, constatou-se a relevância da padronização e transparência nas atividades de produção de conteúdos amplamente difundidos nas plataformas digitais. Embora seja importante a liberdade para produzir conteúdos a todo cidadão, é necessário que os leitores (usuários das plataformas digitais) saibam distinguir a informação, desinformação e a contrainformação.

Neste contexto, surge a questão: o conteúdo produzido como contrainformação pode ser uma desinformação? Sabendo que a desinformação é um conteúdo falso com intenção de enganar ou prejudicar, faz-se um comparativo as características identificadas na contrainformação:

Organizações sem fins lucrativos; adotam uma atitude crítica em relação aos problemas sociais, ao Estado, ao governo e aos poderes constituídos; representam setores, grupos ou sindicatos que não têm voz na mídia e nos canais tradicionais de informação; mantêm comunicação horizontal entre seus emissores e receptores, oferecendo espaços para se expressar livremente sobre questões de interesse social e público; os conteúdos com que trabalham são essencialmente sociais e políticos; buscam democratizar e reivindicar as

comunicações da sociedade; e divulgar e convocar atividades realizadas em espaços públicos para contrainformar⁴ (Leal, 2013, p.38, tradução nossa).

Logo, a contrainformação não é uma desinformação, visto que a sua proposição não é enganar, mas divulgar informações infravaloradas por grupos hegemônicos.

Na tentativa de aproximação do termo na atualidade, infere-se que a contrainformação ocorre nas plataformas digitais ou coletivas, políticas ou artísticas, nos movimentos sociais, ambientalistas, artísticos, (Valderrama H., 2012, Badillo-Mendoza & Marta-Lazo, 2014), no ciberativismo (Sierra Caballero, 2020) para promoção do exercício crítico e da transformação social a partir do debate das práticas políticas e práticas discursivas.

A fim de legitimar os conteúdos caracterizados como contrainformação, destacam-se padrões de qualidade. De acordo com Guerra (2020), a discussão sobre o processo de avaliação da qualidade jornalística antecede a preocupação com a veracidade do conteúdo, pois ela tem origem nos instrumentos de gestão editorial das organizações.

Nesse sentido, destaca-se que a atuação jornalística é permeada por processos relacionados à produção de conteúdos que podem conferir confiabilidade, enquanto alguns

conteúdos das mídias alternativas, embora simulem a forma da mídia tradicional, carecem de políticas editoriais verificáveis que confira a confiabilidade. “Embora não seja possível estabelecer regras estritas de confiabilidade no conteúdo da Internet, o profissional da informação, e por extensão qualquer usuário da Internet, deve ter uma série de diretrizes que lhe permitam avaliar a informação para determinar sua qualidade.”⁵ (Fornas Carrasco, 2003, p.75, tradução nossa). Presume-se que todo usuário deve ter responsabilidade e seguir diretrizes editoriais na produção e difusão de conteúdos nos meios de comunicação independentemente de supor que o conteúdo possui o propósito informativo.

É preciso ter em mente que todo conteúdo produzido e amplamente difundido seja por mídias tradicionais ou alternativas, são mercadorias - um produto comercializado. Isso interfere diretamente no seu modo de produção.

Ao longo da história, verifica-se alguns exemplos de apresentação de conteúdos atrativos aos leitores como o jornal *The Sun* de Nova York, que em 1835 publicou uma série de seis artigos intitulados “*The Great Moon Hoax*”, escrita por Andrew Grant, a respeito da descoberta de formas de vida na lua, como animais fantásticos, unicórnios, humanoides alados, entre outros. Neste mesmo ano, o jornal admitiu que os artigos eram falsos. No entanto, essa construção de conteúdo além de render lucro com as vendas, garantiu ao jornal o aumento do número de leitores de cerca de 8 mil leitores, para aproximadamente 19.360 leitores. (Vida, 2012).

Na atualidade, a diferença do passado é que a produção e difusão de conteúdos pode ser realizada por todo cidadão, porém a produção também recorre a estímulos atrativos.

O relatório de análise de risco de desinformação no Brasil, realizado pelo *Global Disinformation Index*, apresentou indicadores relacionados à disseminação de desinformação

a partir da investigação de 35 sites de produção de conteúdos. (Albu, Guimarães, Doyle, Rodrigues, Redson & Benelli, 2021).

O relatório teve como preocupação o aumento da difusão de desinformação derivado do aumento do tráfego *online* e da receita publicitária. Como resultado, mais da metade dos sites investigados possuem alto risco de difusão de desinformação. Apenas três apresentaram baixo risco de difusão de desinformação. Essa avaliação considerou dois pilares de investigação: conteúdo e operacional. (Albu et al., 2021). No pilar operacional dois sites obtiveram boa pontuação. (Albu et al., 2021). Foram considerados na avaliação a apresentação pública da prática editorial e operacional aplicada pela investigada. (Albu et al., 2021).

Na conclusão da avaliação foram apresentados tópicos de melhoria do pilar operacional tais como: a transparência das políticas institucionais, das fontes de financiamento, declaração de diretrizes de correções, independência editorial, identificar o colaborador do conteúdo publicado e aumentar a atenção quanto à verificação dos fatos publicados. (Albu et al., 2021).

Já no âmbito da saúde, no último biênio, o mundo lutou contra a pandemia da Covid-19, em paralelo tem enfrentado incontáveis notícias falsas relacionadas à vacina contra a nova cepa do coronavírus (SARS-CoV-2).

Os primeiros indícios de criação da primeira vacina datam do século XVIII, desde então, a ciência tem desenvolvido e aprimorado cada vez mais este método de imunização que é primordial no controle e erradicação de doenças infecciosas.

No entanto, apesar da ameaça à vida humana e de todos os prejuízos provocados pelo vírus, nota-se a resistência de parte da população em relação à vacina. Essa resistência, em parte, deve-se à ampla circulação de conteúdos falsos nas plataformas digitais. Segundo Tedros Adhanom Ghebreyesus,

diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), a:

[...] desinformação sobre vacina é uma grande ameaça à saúde Global [...] As principais organizações digitais têm uma responsabilidade: garantir que seus usuários possam acessar informações sobre vacinas e saúde. Queremos que os atores digitais façam mais para tornar conhecido em todo o mundo que #VacinasFuncionam (Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, 2020).

A criação e circulação de desinformação sobre a vacina da Covid-19, aliado às campanhas antivacinas, tem crescido, principalmente nas plataformas sociais, por pequenos grupos que estão ganhando voz no debate público, gerando grande impacto negativo nos índices de vacinação. Ghebreyesus informou que esses movimentos podem ser responsáveis por retroceder “décadas de progresso no combate a doenças que podem ser prevenidas” (Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, 2020).

No contexto político atual, a criação de informações falsas não é diferente. Uma das motivações para a criação de *fake news* é a ideologia política, visando o convencimento da sociedade sobre o seu ponto de vista (Allcott & Gentzkow, 2017). Santos (2018, p.1) afirma que os partidos políticos “[...] buscam na ilusão da rapidez, agilidade e da ‘imparcialidade democrática’ um falso equilíbrio à custa da verdade, promovendo assim o discurso de ódio e o controle da política”.

Tendo em vista que a medição da qualidade da informação corresponde à identificação e classificação dos conteúdos disponíveis, apresenta-se a prática de checagem de fatos, realizada por várias organizações em todo o mundo.

A *International Fact-checking Networking* é uma Rede Internacional de Checagem de Fatos do *Poynter*, criada em 2015, visando a promoção das melhores práticas de checagem de fatos. (Poynter Institute, c2022a).

Para ser elegível como agência de checagem de fatos signatários, é necessário o cumprimento de princípios internacionais, entre eles: Princípio 1. Um compromisso com a não-partidarismo e justiça, Princípio 2. Um compromisso com Padrões e Transparência de Fonte, Princípio 3. Um compromisso com Transparência de Financiamento e Organização, Princípio 4. Um compromisso com Padrões e Transparência de Metodologia e Princípio 5. Um compromisso com uma Política de Correções Aberta e Honesta. (Poynter Institute, c2022c).

Em setembro de 2022, existiam 98 agências de checagem de fatos signatárias em todo o mundo, desse total quatro são brasileiras (Aos Fatos, Estadão Verifica, Lupa e UOL Confere). (Poynter Institute, c2022b). As agências de checagem signatárias do *International Fact-checking Network* além de divulgar a checagem realizada, podem reduzir a visualização do conteúdo desinformativo. Ademais, cursos, palestras e eventos realizados por instituições de ensino, pesquisa e de cultura visam fomentar a compreensão sobre os riscos relacionados à crença em conteúdos desinformativos.

Durante as eleições no ano de 2022, houve um excesso de informações falsas, equivocadas e distorcidas criadas para prejudicar candidatos políticos. Dentre os conteúdos falsos difundidos, destaca-se o caso do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, indicando que o candidato estaria associado ao crime organizado. A foto em que Lula aparece ao lado do traficante carioca, chefe da facção criminosa Amigos dos Amigos (ADA), Celsinho da Vila Vintém foi manipulada e circulou nas plataformas sociais e “conta com 81,2 mil interações no *TikTok*, 16,3 mil compartilhamentos no *Facebook* e centenas de retuites no *Twitter*”. (Aos Fatos, 2022c).

Circulou em plataformas sociais o falso tuíte que supostamente o candidato teria feito alegando que ele iria liberar pequenos furtos, como o de celular, considerando como um meio de sobrevivência. Este tuíte alcançou cerca de 16 mil visualizações, e inúmeros

compartilhamentos no *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. (Aos Fatos, 2022b).

Em relação ao candidato a reeleição presidencial, Jair Messias Bolsonaro (PL), circulou um vídeo nas mídias sociais, em que uma mulher afirma que:

[...] o aplicativo de resultados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) travou com 10% das urnas apuradas no primeiro turno e que, depois disso, Jair Bolsonaro (PL) passou a perder entre 0,1% e 0,15% dos votos a cada dois ou três minutos durante uma hora. (Aos Fatos, 2022a).

A agência de checagem de fatos intitulada Aos Fatos, verificou que as afirmações proferidas no vídeo não ocorreram.

Também circulou nas plataformas sociais um vídeo editado de um trecho do Jornal Nacional. Na adulteração, evidenciava que na pesquisa realizada pelo Ipec, o candidato Bolsonaro liderava as intenções de voto, porém, foi constatado que no vídeo original, o candidato Lula estava à frente. (Aos Fatos, 2022d).

Considerando a quantidade de desinformação nas plataformas digitais, verifica-se a necessidade de medidas de enfrentamento.

Em vista dos acontecimentos a regulamentação também colabora com a manutenção da qualidade da informação, na medida em que inibe a produção de conteúdos falsos. Neste íterim, o Projeto de Lei 2630 (Brasil, 2020), iniciativa do Senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE), institui a Lei Brasileira de

Liberdade, Responsabilidade e Transparência na *Internet*, que apresenta normas que devem ser aplicadas nas plataformas digitais, visando combater perfis falsos, conteúdos abusivos e difusão de *fake news*, incluindo o uso de *bots*, além de exigir que os provedores de mídias sociais com mais de dois milhões de usuários, apresentem um relatório contendo o número de postagens dos perfis que foram destacadas, removidas ou suspensas com o esclarecimento dos motivos (Brasil, 2020).

A empresa Meta, responsável pelas mídias sociais *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, destaca que no período entre julho a dezembro de 2021, restringiu o acesso a 894 itens em cumprimento a ordens de tribunais locais relacionadas a processos civis, criminais e eleitorais (Meta, c2022). A exemplo disso, o Departamento de Pesquisa Statista publicou em 16 de setembro de 2022, que o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, fez 1,43 mil declarações não confiáveis, entre janeiro e agosto de 2022. No ano anterior, no mesmo período (janeiro-agosto/2021), o número de declarações foi superior. Pode-se inferir que o controle sobre as plataformas digitais tenha surtido algum controle nas declarações políticas. (Statista, c2022).

Desse modo, infere-se que a questão norteadora da comunicação é respondida tendo em vista que os discursos hegemônicos permanecem amplamente difundidos nos meios de comunicação, especialmente nas plataformas digitais, mas que medidas de enfrentamento são realizadas na tentativa de mitigar os efeitos prejudiciais à sociedade como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vasta difusão de conteúdos via *internet* não proporcionou a luz do conhecimento como esperado pela sociedade. A compreensão dos termos informação, desinformação e contrainformação são fundamentais para a tomada de decisões,

frente aos conteúdos recebidos diariamente por toda a sociedade.

Infere-se que a contrainformação teve e tem um papel fundamental na promoção da consciência social, e por conseguinte, na garantia de direitos de todos os indivíduos.

Muitos desses direitos estão ameaçados pela desinformação. Desse modo, chega-se ao ponto crucial da discussão: a contrainformação circulava informações para pessoas das classes populares a fim de difundir conceitos fomentando transformações sociais. A desinformação é a difusão de informações falsas, com a intenção de enganar e/ou prejudicar alguém, e que promove o benefício individual ou de um grupo.

Com a justificativa de produção de conteúdos confiáveis, muitos sites e perfis produzem e difundem desinformação *online*. A partir da leitura da “Avaliação de Riscos de Desinformação: O Mercado de Notícias *Online* no Brasil” (2021), verifica-se que existem sites da mídia tradicional e alternativa que produzem e difundem desinformação.

Conforme apresentado no decorrer desta pesquisa, os estudos voltados para a qualidade da informação destacam a relevância do tema frente ao amplo acesso à conteúdos via internet.

Além da mensuração da qualidade da informação, destacam-se a regulamentação da produção e difusão de conteúdos com medidas de responsabilidade. Bom seria se não houvesse a necessidade de medidas punitivas, mas a adoção de uma medida de responsabilidade preconiza um acordo entre indivíduos visando a promoção do bem-estar da sociedade.

O levantamento bibliográfico realizado e os exemplos citados, evidenciaram a importância do monitoramento e cobrança social sobre as plataformas digitais, sejam elas pertencentes a mídia tradicional ou a mídia alternativa, exigindo a qualidade sobre o serviço prestado na difusão de conteúdos por meio da apresentação do processo editorial, do crédito dos autores, da transparência do financiamento, política de correção e verificação de fatos.

Frente a amplitude do acesso aos conteúdos digitais e as consequências perniciosas da crença em desinformação, é fundamental para a Ciência da Informação os estudos sobre a qualidade da informação nas plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

- Albu, D., Guimarães, T., Doyle, A., Rodrigues, C., Redson, F. & Benelli, A. C. (2021). Avaliação de riscos de desinformação: O mercado de notícias online no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade. Recuperado de <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2021/09/2021-09-14-Brazil-PORTUGUESE-Disinformation-Risk-Assessment-Report-Online-1.pdf>
- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of economic perspectives*, 31(2), 211-36.
- Aos Fatos. (2022a). É falso que Bolsonaro perdeu votos na totalização após aplicativo do TSE travar. Recuperado de <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-bolsonaro-perdeu-votos-totalizacao-apos-aplicativo-tse-travar/>.
- Aos Fatos. (2022b). *Lula não tuitou que vai liberar pequenos furtos, como o de celular*. Recuperado de <https://www.aosfatos.org/noticias/lula-nao-tuitou-liberar-pequenos-furtos-celular/>
- Aos Fatos. (2022c). Imagem é manipulada para mostrar Lula ao lado de traficante carioca. Recuperado de <https://www.aosfatos.org/noticias/lula-nao-tuitou-liberar-pequenos-furtos-celular/>.
- Aos Fatos. (2022d). Vídeo do JN é editado para fazer crer que Bolsonaro aparece à frente de Lula em pesquisa do Ipec.

- Recuperado de <https://www.aosfatos.org/noticias/jn-editado-bolsonaro-lula-pesquisa-ipecc/>.
- Araújo, C. A. Á. (2009). Correntes teóricas da ciência da informação. *Ciência da informação*, 38, 192-204.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1994). *ABNT/CB-25: gestão da qualidade e garantia de qualidade: terminologia NBR ISO 8402*. Rio de Janeiro, A Associação.
- Badillo-Mendoza, M. E. & Marta-Lazo, C. (2014). Cibercidadanía y minería: lineamientos conceptuales y prácticas, caso La Colosa, Tolima, Colombia. Universidad Libre, Cali, Colombia, *Entramado*, 10(2), 238-249. ISSN 1900-3803. Recuperado de <https://revistas.unilibre.edu.co/index.php/entramado/article/view/3507/2897>.
- Barbosa, M. L. S., & Santi, V. J. (2019). A intencionalidade nas notícias falsas: a nota de repúdio como estratégia de defesa do jornalismo na era das fake news. *Aturá-Revista Pan-Amazônica De Comunicação*, 3(3), 93-109.
- BRASIL. Senado Federal. (2020). Projeto de Lei 2630/2020. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília, DF, Senado Federal. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>.
- Brisola, A. & Bezerra, A. C. (2018). Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB).
- Calazans, A. T. S. (2008). Qualidade da informação: conceitos e aplicações. *Transinformação*, 20(1), 29-45. Recuperado de <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6245>.
- Capurro, R. (1991, agosto). Foundations of information science: review and perspectives. In International Conference on Conceptions of Library and Information Science (Vol. 1). Tampere: University of Tampere.
- Capurro, R. & Hjørland, B. (2007). O conceito de informação. *Perspectivas em ciência da informação*, 12, 148-207.
- Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. (2020). Fake news sobre vacinas contra a Covid-19 ameaçam combate à doença. Rio de Janeiro, O Conselho. Recuperado de <http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/noticias.html?start=125>.
- Cunha, M. B. da. & Cavalcanti, C. R. de O. (2008). Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos.
- Cunha, M. N. (2020). A revista Paz e Terra: um lugar da memória da comunicação religiosa, ecumênica e política no Brasil. *Horizonte*, Belo Horizonte, 18(56), 513-541.
- Dutra, F. G. & Barbosa, R. R. (2017). Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. *Informação & Amp; Sociedade: Estudos*, 27(2), 19-33. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/32676>.
- Fadul, A. (1982). Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. In C. E. L. da Silva, (Coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. (pp. 25-39). São Paulo: Cortez: INTERCOM.
- Fallis, D. (2015). What is disinformation? *Library trends*, 63(3), 401-426.
- Ferreira, J. R. S., Lima, P. R. S. & Souza, E. D. (2021). Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news

- no cenário da COVID-19. *Em Questão*, 27(1), 30-53.
- Fornas Carrasco, R. (2003). Criterios para evaluar la calidad y fiabilidad de los contenidos en Internet. *Revista Española de Documentación Científica*, 26(1), 75-80.
- Flusser, V. (1982). A contra-informação como ato cultural. In C. E. L. da Silva, (Coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. (pp. 159-164). São Paulo: Cortez: INTERCOM.
- Gualazzi, G. A. S., Santos, G. S. & Campos, F. C. (2013). Avaliação da qualidade da informação em empresas de projetos e serviços de TI. *Perspectivas em Ciências Tecnológicas*, 2, 21-38.
- Guerra, J. L. (2020, janeiro a junho). Ranking Q- Avalia da qualidade jornalística Brasil-Portugal 2018: uma avaliação experimental. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(1), 54-74.
- Kalil, I. & Santini, R. M. (2020). Coronavírus, pandemia, infodemia e política. Relatório de pesquisa. São Paulo: FESPSP. Recuperado de https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf
- Leal, J. G. (2013). Prensa escrita y medios de contrainformación en Chile. Serie bibliotecología y Gestión de información, (85), Diciembre. Recuperado de <http://eprints.rclis.org/20987/>.
- Marcondes Filho, C. J. R. (1982). Contracomunicação oficial e espontânea. In C. E. L. da Silva, (Coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. (pp. 59-69). São Paulo: Cortez: INTERCOM.
- Mazetti, H. M. (2007). Mídia alternativa para além da contra-informação. In V Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Facasper e Ciee. Recuperado de <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0112-1.pdf>
- Meta. (c2022). *Content Restrictions Based on Local Law: Brazil: Country specific information on content we restricted based on local law*. Recuperado de <https://transparency.fb.com/data/content-restrictions/country/BR/>.
- Oleto, R.R. (2006). Percepção da qualidade da informação. *Ciência da Informação*, 35(1), 57-62.
- Paim, I., Nehmy, R. M. Q. & Guimarães, C. G. (1996). Problematização do conceito "Qualidade" da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 1(1), 111-119.
- Parker, M. B., Moleshe, V., De la Harpe, R., & Wills, G. B. (2006). An evaluation of Information quality frameworks for the World Wide Web. 8th Annual Conference on WWW Applications, Bloemfontein.
- Pérez Tornero, J. M. (2000). Los nuevos procesos de mediación: del texto al hipermedia, en comunicación y educación en la sociedad de la información. Paidós, Barcelona, Espanha.
- Poynter Institute. (c2022a). *International Fact-Checking Network: empowering fact-checkers worldwide*. St. Petersburg, The Institute. Recuperado de <https://www.poynter.org/ifcn/>.
- Poynter Institute. (c2022b). *Signatories*. St. Petersburg. Recuperado de <https://ifcncodeofprinciples.poynter.org/signatories>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- Poynter Institute. (c2022c). *The commitments of the code of principles*. St. Petersburg. Recuperado de <https://ifcncodeofprinciples.poynter.org/know-more/the-commitments-of-the-code-of-principles>. Acesso em: 25 jul. 2022.

- Posetti, J., & Matthews, A. (2018). A short guide to the history of 'fake news' and disinformation. *International Center for Journalists*, 7(2018), 2018-07.
- Santos, R. R. O. (2018). Fake news como produto da pós-verdade. Recuperado de <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/comunicacao-social/fake-news-como-produto-da-pos-verdade/>
- Sierra Caballero, F. (2020). Ciberactivismo y nuevos movimientos urbanos: la producción del nuevo espacio público en la política contemporánea. *Perspectivas de la Comunicación*. 13(1), 177-202. Online version ISSN 0718-4867. Recuperado de <https://bit.ly/3lksAdd>.
- Silva, C. E. L. (1982). Comunicação, hegemonia e contra-informação. In C. E. L. da Silva, (Coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. (pp.17-24). São Paulo: Cortez: INTERCOM.
- Silva, L. L., Silva, A. M., & Zaidan, F. H. (2011). Reflexões teóricas sobre o comportamento infocomunicacional de utilizadores das redes sociais na internet. *Revista de Informática Aplicada*, 7(2).
- Statista (c2022). *Number of fake or distorted statements made by Jair Bolsonaro as president of Brazil from January 2019 to August 2022, by month*. Recuperado de <https://www.statista.com/statistics/1118848/bolsonaro-fake-statements/>.
- Törnberg, P. (2018). Echo chambers and viral misinformation: Modeling fake news as complex contagion. *PLoS One*, 13(9), e0203958.
- Valderrama H, C. E. (2012). Sociedad de la información: hegemonía, reduccionismo tecnológico y resistencias. *Nómadas*, (36), 13-25. Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502012000100002&lng=en&tlng=es.
- Vida, I. K. (2012). The "Great Moon Hoax" of 1835. *Hungarian Journal of English and American Studies (HJEAS)*, 431-441.
- Wehbi, T., Mello, D. (1982). Teatro operário e contra-informação. In C. E. L. da Silva, (Coord.). *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. (pp. 135-145). São Paulo: Cortez: INTERCOM.

NOTAS

- ¹ <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>.
- ² No original: I (re-)discovered that key theories of Greek ontology and epistemology based on the concepts of typos, idéa and morphé were at the origin of the Latin term informatio.
- ³ No original: Accessibility – Extent to which the information on the website is readily available and downloadable. • Accuracy – Extent to which the webpage information content are correct and reliable. • Appropriateness – Extent to which the content is appropriate according to what the webpage visitors are requiring. • Believability – The content on the webpage is true and credible. • Completeness – The level to which the web content is not missing and sufficient. • Consistency – All WebPages should be presented in the same format.

- Ease of Manipulation – Extent to which the content on the webpage is easy to manipulate. • Free-of-Error – Information on the webpage should be correct and reliable, free of errors. • Objectivity – Webpage content must be unbiased, unprejudiced and impartial. • Relevancy – The webpage content should be applicable, helpful and relevant. • Representation – Extent to which the webpage content is readable, consistent and has formal structure. • Reputation – The information on the webpage is highly regarded with regard to its content. • Security – Extent to which the access to the webpage is restricted appropriately to maintain its security. • Speed – The retrieval or downloadable speed of the webpage content. • Timeliness – Webpage content should be up-to-date. • Understandability – Webpage content should be easily understood or comprehended. •

Value-added – Information on the webpage should be beneficial and provides advantages from its use.

- ⁴ Organizaciones sin fines de lucro; adoptan una actitud crítica frente a los problemas sociales, el estado, gobierno y los poderes fácticos; representan a sectores, grupos o gremios que no tienen voz en los medios y canales tradicionales de información; mantienen una comunicación horizontal entre sus emisores y receptores ofreciendo espacios para expresarse libremente frente a temáticas de interés social y público; los contenidos que trabajan son sociales y políticos en esencia; pretenden democratizar y reivindicar las comunicaciones de la sociedad; y difunden y convocan a actividades realizadas en espacios públicos para contrainformar.
- ⁵ Aunque no es posible establecer reglas estrictas de fiabilidad en los contenidos de Internet, el profesional de la información, y por extensión cualquier internauta, debe disponer de una serie de directrices que le permitan evaluar la información para determinar su calidad.